



## **O romance policial da Economia Política da Comunicação: como a briga pela Brasil Telecom expôs o verdadeiro Brasil através da Operação Satiagraha<sup>1</sup>**

Anderson David Gomes dos SANTOS<sup>2</sup>

Bruno Lima ROCHA<sup>3</sup>

Universidade do Vale Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS

### **RESUMO**

Este artigo utiliza o eixo teórico-metodológico da Economia Política da Comunicação para realizar a contextualização da Operação Satiagraha, realizada pela Polícia Federal em julho de 2008, que expôs as vísceras da política brasileira, com o envolvimento dos mais diversos grupos sociais. A Operação refletiu a briga pelo controle da empresa de telecomunicações Brasil Telecom, o que resgata o processo de privatização do setor, além das relações midiáticas com os grupos socioeconômicos que detêm o poder real no Brasil. Afinal, pouco se falou de concreto sobre o assunto e quando um único meio de comunicação voltou a veicular o nome do banqueiro Daniel Dantas (Opportunity), interligando-o ao “mensalão”, a organização midiática em questão foi ameaçada diretamente como uma das beneficiárias do problema que denunciava.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia Política da Comunicação, Operação Satiagraha, Privatização das telecomunicações, Desinformação midiática.

### **INTRODUÇÃO**

Chamada de Satiagraha, a operação da Polícia Federal desencadeada em 2008 viu na sua tentativa de “firmeza de verdade” a exposição de tudo o que há de podre na política brasileira. Um show que se garantiu por pouco tempo nos grandes meios de comunicação e que contou com uma imensa desinformação midiática.

Afinal, como uma só pessoa, Daniel Valente Dantas, consegue ser envolvido diretamente em duas operações da Polícia Federal, a Chacal e a Satiagraha; aparecer num relatório da mesma PF como uma das fontes de irrigação financeira do “mensalão”, sistema chefiado por Marcos Valério; e, por fim, ter sua prisão transformada numa verdadeira batalha nos mais diversos ramos de poder do Brasil, a ponto de ser liberado

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 8 - GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS (bolsista CAPES RH-TVD), membro do Grupo de Pesquisa Comunicação, Economia Política e Sociedade - CEPOS (apoiado pela Ford Foundation) e do Núcleo de Estudos Cepcom-Comulti (UFAL). E-mail: <anderson.santos@gmail.com>.

<sup>3</sup> Professor na graduação em Ciências da Comunicação e pesquisador pela UNISINOS e Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: <blimarocho@gmail.com>.



dois habeas-corpus pelo presidente do Supremo Tribunal Federal em tempo recorde e haver o afastamento de atividades de delegados federais, com direito a julgamento?

A falta de explicitação de alguns desses eventos, interligados ao sujeito que teria tentado corromper um policial federal, vai além desse momento, que foi o principal argumento para a sua segunda prisão, pois está envolto à briga pelo comando da Brasil Telecom, com fundos de pensão, Citygroup e a Telecom Itália, que, portanto, alcança até mesmo o processo de privatização das telecomunicações no Brasil.

Este artigo pretende realizar a contextualização que se faz necessária para a Operação Satiagraha, que ajudou a expor às vísceras da política brasileira, com todo a sua corrupção cada vez mais característica, e as relações dos mais diversos grupos sociais nesses processos. Trabalha-se aqui, a partir disso, na perspectiva teórico-metodológica da Economia Política da Comunicação, que é assim caracterizada por Brittos (2008, p. 205-206):

As relações sociais – de poder, em decorrência – constituem as pesquisas desta abordagem, trabalhando as alterações históricas, com suas dimensões política, econômica e cultural, e assim relacionando a comunicação com o sistema que a controla, numa identificação de interpenetrações complexas e dialéticas.

Para se ter uma ideia do nível desse complexo jogo de relações, quando um único meio de comunicação voltou a veicular o nome Daniel Dantas, interligando-o ao “mensalão”, a organização midiática a qual a revista em questão faz parte foi ameaçada diretamente como uma das beneficiárias do problema que denunciava.

### **A divisão do bolo e a criação das teles**

O processo de privatizações no Brasil seguiu o processo econômico do neoliberalismo, implantado no mundo como resultado, forçado, do término do Estado de Bem Estar Social que foi assumido pelos países europeus no pós-guerra. Parte-se para uma política de maior liberdade para as ações dos personagens do mercado, em contraposição aos atores estatais, que ou saíram de disputas ou foram enfraquecidos. No caso da comunicação, o fim do monopólio estatal é o marco dessas alterações.

Esse processo ficará mais evidenciado no Brasil nos oito anos do governo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Uma série de privatizações de empresas estatais foi realizada com a justificativa de melhorar o oferecimento dos serviços, já que, segundo o governo, a União não tinha como manter tais estruturas. Lembra-se que



prioridade era o pagamento dos juros da dívida externa e de se seguir a cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Áreas importantes como a siderurgia, com a Companhia Siderúrgica Nacional e a Vale do Rio Doce, a extração de petróleo, com a Petrobras tendo parte de suas ações vendidas na Bolsa de Valores, dentre outras, tiveram o controle estatal sendo repassado para o setor privado, inclusive internacional. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ainda ajudou através de empréstimos a essas empresas – ou seja, dinheiro público pagando por um bem público em favor do setor privado –, que, em pouco tempo, como é o caso da atual Vale, conseguiu cobrir os custos e tendo muito lucro.

A empresa estatal de telecomunicação, a Telebrás, não ficou fora desse processo. Em pleno ano eleitoral ocorreu o leilão do espólio da telefonia no país, que viria a ser repassado para atores estrangeiros em parceria com empresas nacionais, desde emissoras ou empresas ligadas às comunicações do audiovisual (casos da RBS e da Globopar) até fundos de investimento (como o Banco Opportunity, de Daniel Dantas).

Segundo Bolaño (2003, p. 04):

As transformações não se limitam a mudanças de ordem tecnológica, mas atingem o conjunto do modo de regulação do setor das comunicações em nível mundial. Em especial no caso audiovisual e das telecomunicações, esse movimento se traduziu num processo generalizado de desregulamentação, reposicionamento do Estado, constituição de novas formas e instâncias de regulação, internacionalização e incremento da concorrência internacional.

Alguns jornais propagaram com ênfase o fato de ter sido uma das maiores privatizações do mundo, que superaria em valores a soma das outras privatizações realizadas no Brasil anteriormente. Foram R\$ 22 bilhões distribuídos entre as compras realizadas, com destaque em todos os jornais da época para a vitória de dois grupos estrangeiros: “O grande vencedor da disputa foi o bloco formado por Telefônica de Espanha e Portugal Telecom, que levou empresas como Telesp Participações (telefonia fixa) e Telesp Celular” (MAIOR leilão *apud* SINOPSES, 2008a).

Uma leitura acurada do tema e veremos que as privatizações do Sistema Telebrás, todas elas, incluindo suas fusões a posteriori, a presença de fundos de pensões, a letargia proposital do Estado brasileiro, o refinanciamento com o dinheiro do pobre do contribuinte e o deita e rola das teles no Brasil acarretam problemas estruturais. Em linguagem mais jurídica, todo o processo tem vício de origem, e vício dos brabos.



No caso aqui em análise, a briga que causou todas as denúncias e operações policiais a seguir, com espionagem até mesmo para membros do governo de turno, corrupção ativa de políticos, empresários e até jornalistas, com direito à suposta tentativa de corrupção a policiais federais, surgiu de uma dessas coalizões empresariais para comprar um dos blocos de telecomunicações.

Dantas fundou o grupo Opportunity em 1993. O banqueiro ganhou notoriedade ao se associar com o Citigroup, para se tornarem sócios do consórcio que venceu a concessão de telefonia que criou a Brasil Telecom. Depois iniciaram uma disputa societária que só terminou com a venda da empresa para a Oi (ex-Telemar) no início deste ano. Durante essa disputa foi acusado, entre outras coisas, de espionagem. Ele aproximou-se da política no governo Fernando Collor de Mello. Depois tornou-se economista do PFL. Ganhou fama, entretanto, na época das privatizações da telefonia, em 1998, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (STF..., 2008).

A briga teria nascido em 2000 em torno da Brasil Telecom. O assunto não só expôs as vísceras da política e do capital nacional, como foi alvo de ações judiciais não só aqui no Brasil, como também na Itália, com direito à preocupação de um grupo estadunidense e acusações de perseguição por conta da participação de fundos de pensão de bancos estatais, liderados por membros do Partido dos Trabalhadores.

O Banco Opportunity, numa de suas inúmeras defesas distribuídas em notas por sua assessoria de comunicação, explica que o motivo dos conflitos em torno da liderança da BrT se deu pela “compra superfaturada em mais de US\$ 100 milhões da Companhia Riograndense de Telefonia (CRT) pela Brasil Telecom e as barreiras criadas pela Telecom Italia para impedir a BrT de entrar no mercado de celulares” (OPPORTUNITY..., 2011).

Segundo o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em entrevista para o portal Terra, numa tentativa de explicar o fato de ter sido citado por Dantas, houve uma briga pelo controle da concessão:

Na hora das privatizações, os fundos de pensão tinham interesse em participar. E a regra da privatização não permitia que as empresas que fossem concorrer tivessem mais que 25% do capital dos fundos. E os fundos queriam muito participar porque isso ia valorizar muito as ações deles. Queriam participar do controle. Então fizeram aí engenharia financeira – isso já é problema deles – com os acionistas. Não porque o governo tivesse tomado a decisão, a decisão foi autônoma. [...] Era uma briga porque os fundos queriam desfazer o acordo (FERNANDES, 2008a).



Teria sido para investigar a atuação dos italianos que o Opportunity contratara a agência estadunidense de investigação Kroll, que acabou por ser alvo de operação da PF em 2004. A Operação Chacal foi criada para investigar, através de computadores e documentos da empresa de Daniel Dantas, a possibilidade de a agência ter investigado inclusive os membros do governo petista que seriam contrários ao Opportunity, caso do chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência, Luiz Gushiken. Curiosa ironia, uma das especialidades da Kroll é fazer serviço de inteligência financeira, rastreando dinheiro volátil mundo afora.

O caso das investigações foi só o começo da exposição de elementos que apresenta ao público receptor uma complexidade organizacional, que escapa da compreensão da maioria daqueles que se atrevem a tentar entender e se posicionar quanto aos acontecimentos. A crise é intra elites, e respeita o modelo da baixaria ampla, total e irrestrita dos saques sistemáticos que acompanharam as "privatizações modernizantes" na América Latina, seguindo o padrão de Salinas de Gortari (México); Alberto Fujimori (Peru); e do imbatível Carlos Saul Menem (Argentina).

De acordo com o relato de Frank Holder, diretor da Kroll, com o chefe de operações da CIA no Brasil, em matéria publicada na Folha de S. Paulo (ALENCAR, 2005), o encarregado da CIA contou que o governo não tinha nenhuma questão em curso contra a Kroll ou a Brasil Telecom. No entanto, esse agente teria dito que "pesquisa independente" mostrava que havia, no governo petista, defensores da Telecom Italia, à época rival do grupo Opportunity dentro da Brasil Telecom. É inevitável a observação do envolvimento de altos funcionários da polícia e da inteligência brasileiras com o lobby das telecomunicações.

Nunca é demais ressaltar que Dantas é o dono do Banco Opportunity (de investimentos), operador do caixa das privatizações volumosas iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso e foi pivô no imbróglio da fusão da Oi com a Brasil Telecom. Nesta grande operadora surgida com a fratura do Sistema Telebrás (estatal), é onde ele tinha sociedade e rivalidade de controle com o CitiGroup e a Telecom Itália, cuja diretoria por sinal responde processo pesado na Itália.

Trata-se, portanto, de briga entre mega-conglomerados nacionais de telecomunicações capitaneados no Brasil pela Telefônica de Espanha e na fusão absurda que dera na BROi e, após, na compra de uma parte da nova super-empresa por parte da Portugal Telecom.



Nas grandes operações de compra, fusões e aquisições do patrimônio público ou ataques às empresas médias visando a concentração econômica, entra o Estado que "empresta" dinheiro a fundo perdido. Na maior parte das vezes, como na fusão da Brasil Telecom com a Oi, na verdade a compra pelo consórcio Telemar dos espólios da Brasil Telecom, a origem das verbas vem quase sempre do caixa federal.

A gestão fraudulenta pode ser através de "empréstimos" do Banco do Brasil; do BNDES ou da composição nos consórcios dos fundos de previdência de servidores. Estes fundos operam em torno de R\$ 700 bilhões ano (cerca de R\$ 350 bilhões de dólares) e são usados de forma discricionária, através de "gestores" de confiança dos consórcios interessados e com enlaces nos governos de turno.

A prisão de Daniel Dantas, a primeira ocorrida no dia 8 de julho de 2008 com o início das ações da Operação Satiagraha, implicou uma crise visível no Poder realmente existente no Brasil. Nenhuma Satiagraha seria necessária se a Operação Chacal, cujos alvos, dentre outros, eram o Banco Opportunity e a empresa de investigação Kroll Associates, tivesse levado a um julgamento conclusivo.

### **Operação Satiagraha e a punição aos acusadores**

A Operação Satiagraha, que foi encabeçada pelo delegado federal, e atual deputado federal pelo Pcdob de São Paulo, Protógenes Queiroz, apontou uma crise institucional incipiente. Tudo porque as estruturas de poder brasileira não convivem tranquilamente com a possibilidade de punir a sua própria elite.

A operação cumpriu em julho de 2008 24 mandados de prisão, após investigação de suposta prática dos crimes de lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta, evasão de divisas, formação de quadrilha e tráfico de influência para a obtenção de informações privilegiadas em operações financeiras. Foi a utilização da informação sob uma nova possibilidade, não mais como caminho para se vender determinada mercadoria, mas como mercadoria em si, sobre a qual se atua no capitalismo financeiro.

Através de breve leitura do noticiário do período, podemos ver o tamanho do problema. Basta observar: a equipe da operação atuou bem apesar de parte da direção da Polícia Federal ser contrária; esta equipe requisitou a ajuda de agentes da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) por fora dos mecanismos formais; o então presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, foi contestado por seus pares; o chefe de Gabinete da Presidência, Gilberto Carvalho, falou com naturalidade com um ex-



parlamentar a respeito de possível operação de vigilância sobre um alvo de investigação federal; vários congressistas se manifestaram de forma indignada contra o uso de algemas e a pirotecnia pela PF, mas nada pronunciaram quanto ao volume de divisas que evadiram do país. Poderiam ser listadas outras dezenas de choques e contradições dentro dos poderes da República, mas os casos acima ilustram o suficiente.

Em outros países latino-americanos, como na vizinha Argentina, a exposição pública das investigações possibilitou o choque necessário para a contestação de um modelo econômico que aposta no descontrole quase total dos grandes operadores político-financeiros. Qualquer agente econômico fora de vigilância fará de tudo para maximizar ganhos e diminuir perdas. Muitas vezes, ultrapassam qualquer limite.

Em matéria do dia seguinte à operação liderada pelo delegado Protógenes Queiroz, a Folha Online aponta a relação desse esquema com o “Valerioduto”, a irrigação através de um esquema complexo que utilizava a publicidade para alimentar o “caixa dois” dos partidos políticos. Além disso:

Os policiais apuraram a existência de uma organização criminosa, supostamente comandada por Daniel Dantas, envolvida com a prática de diversos crimes.

Para a prática dos delitos, o grupo teria possuído empresas de fachada. As investigações ainda descobriram que havia uma segunda organização, formada por empresários e doleiros que supostamente atuavam no mercado financeiro para lavagem de dinheiro. O segundo grupo seria comandado pelo investidor Naji Nahas.

Além de fraudes no mercado de capitais, baseadas principalmente no recebimento de informações privilegiadas, a organização teria atuado no mercado paralelo de moedas estrangeiras. Há indícios inclusive do recebimento de informações privilegiadas sobre a taxa de juros do Federal Reserve (Fed, o BC americano) (STF..., op. cit.).

O fato jornalístico da prisão do banqueiro Daniel Dantas, do especulador Naji Nahas e do ex-prefeito malufista de São Paulo Celso Pitta apresentam um padrão de anomalia de análise da política brasileira.

Curiosamente, já havia um pedido preliminar de *habeas corpus* para o banqueiro antes de qualquer prisão que foi, portanto, recusado, até ter sido tornado real, com sua detenção no dia 08. O então presidente do STF, Gilmar Mendes, foi o autor da análise e aprovação do pedido – em substituição ao ministro Eros Graus, que entrara em férias.

Na tarde do dia 10 de julho de 2008, apenas dez horas após Daniel Dantas ter sido libertado, novo decreto de prisão foi expedido pelo juiz Fausto De Sanctis, agora por corrupção ativa. Dantas teria mandado um representante, o consultor Humberto





Braz, conversar com o delegado da Polícia Federal Victor Hugo Ferreira para tirar seu nome da lista dos envolvidos da Operação Satiagraha – o que é negado pela assessoria do Opportuniy, que acredita que o encontro o áudio do encontro teria sido manipulado, com “a inserção do nome de Daniel Dantas onde ele não era citado” (OPPORTUNITY..., op. cit.). Além disso, havia uma planilha, que sugeriria pagamento milionário para evitar indiciamento e que falava em campanhas.

O banqueiro do Opportuniy é um homem com influência nos mais variados poderes, um dos poucos que uniria as mais variáveis vertentes políticas do país. Uma ameaça dita frente ao delegado Protógenes Queiroz, após a sua segunda prisão, em 10 de julho de 2008, teria deixado alvoraçada a República brasileira.

Dantas, em situação de desespero pela segunda prisão, teria dito ao delegado, num recado endereçado aos políticos e governantes brasileiros em geral, que ia contar tudo o que sabia, inclusive como pagou um milhão e meio para não ser preso pela Polícia Federal em 2004 na Operação Chacal.

Segundo o Terra Magazine, ele teria dito a Queiroz que ia contar: “tudo sobre minhas relações com a política, com os partidos, com os políticos, com os candidatos, com o Congresso... tudo sobre minhas relações com a Justiça, sobre como corrompi juízes, desembargadores, sobre quem foi comprado na imprensa...” (FERNANDES, 2008b).

Em matéria não assinada, a Folha Online disponibilizava a análise do secretário de Redação da Sucursal de Brasília, Igor Gielow, através de um podcast com um texto que comentava a situação na capital federal com a prisão do banqueiro. Reinaria no Planalto um temor com a revelação de ação conjunta de nomes ligados a Dantas e membros do alto escalão do Governo federal, como o caso do então ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu. Gielow dizia que:

O Congresso Nacional está em silêncio e ninguém quer saber de uma investigação séria sobre o assunto. Isto se deve ao fato de Dantas ser um dos raros nomes que unifica oposição e situação no Brasil, já que são notórias as suas ligações com parlamentares de ambos os lados (OPERAÇÃO..., 2008).

O delegado da Polícia Federal Carlos Eduardo Pellegrini, que atuou na Operação Satiagraha, revelou ao jornal Folha de S. Paulo o que apontavam os documentos apreendidos no apartamento de Daniel Dantas. O delegado teria ficado surpreso:





É um grupo muito forte. Eu fui executar a prisão lá no [escritório do advogado] Nélio Machado e tinha dois desembargadores aposentados e um juiz do Rio. Na casa do Dantas eu achei vários documentos – o Vitor [outro delegado da PF] achou de 2004 –, de 2007, R\$ 18 milhões de pagamento de propinas para políticos, juiz, e jornalistas no ano de 2007 (VALENTE, 2008).

As relações de Dantas com membros dos dois últimos presidentes da República, FHC e Lula, além de garantirem o negócio do que se veio a ser a Brasil Telecom, possibilitou também que, como forma de tentar neutralizar os problemas que apareceram na disputa societária da empresa, que o Governo federal assegurasse a aquisição da BrT pela Oi, numa ideia de se formar uma “gigante nacional” no setor da telefonia que pudesse concorrer com as demais operadoras sob controle de capital estrangeiro.

Entretanto, este ano houve uma circulação de troca de ações entre a Oi, a Telefonica e a Portugal Telecom, o que fez com que, na verdade, a operadora sequer possa ser considerada nacional e, ao mesmo tempo, com que ela passasse a possuir ações em consórcios liderados pela empresa espanhola e portuguesa. Na prática, todos teriam ações nas outros, o que pode acabar por se questionar até o quão isso é bom para a concorrência, quando todos são sócios nos mais variados negócios.

FHC, que foi presidente do país que guiou as privatizações no Brasil e onde Dantas começou a aparecer, define a situação como “uma batalha pelo controle do Estado”. O político do PSDB crê que o banqueiro perderia a disputa, pois a batalha não deveria ser travada no Estado, mas no mercado (FERNANDES, 2008a).

Entretanto, tirando as prisões em 2008, o que se viu foi a vitória de Daniel Dantas sobre os seus algozes. Toda a equipe da Polícia Federal e o juiz envolvido no processo foram afastados e até mesmo julgados por suas ações na Operação Satiagraha que, em meados deste ano, teve suas provas consideradas nulas pelo Superior Tribunal de Justiça. O processo não andou não por ter “forjado” provas, mas porque teria as conseguidas de forma errônea.

Ainda uma semana após a operação, ocorreu uma reunião em São Paulo entre os encarregados da Operação e a cúpula da Polícia Federal. Em vez de serem discutidos os próximos passos, teria ocorrido uma enxurrada de reclamações por parte da cúpula da PF, tais como contra o uso de algemas em banqueiros e contra um suposto privilégio concedido a uma equipe da TV Globo, que acompanhou a prisão.



Além disso, houve pressão do Governo para afastar os três delegados envolvidos na Operação e o juiz Fausto De Sanctis, responsável pelos pedidos de busca, apreensão e mandados de prisão. Segundo apurou uma reportagem da Folha de S. Paulo publicada dia 16 de julho (OMISSÃO..., 2008), a direção da Polícia Federal ficou irritada ao ser surpreendida com o pedido de prisão do advogado e ex-deputado federal e líder petista Luiz Eduardo Greenhalgh, e ainda com as gravações incriminadoras de conversas telefônicas mantidas pelo líder petista com o chefe-de-gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho. Nesses diálogos divulgados pela TV Globo, o advogado pede ajuda a Carvalho para descobrir informações do inquérito sigiloso movido contra o banqueiro.

No inquérito apresentado no dia 18 de julho de 2008, foram indiciados Daniel Dantas, do Banco Opportunity, e mais nove pessoas investigadas na Operação Satiagraha. Este foi o último ato de Protógenes Queiroz: fazer o relatório final. Três anos depois, ele é deputado federal pelo PCdoB de São Paulo após ter sido obrigado a se afastar de suas funções na PF.

### **A Satiagraha e a mídia**

Utilizou-se até aqui de alguns relatos de matérias feitas pela mídia na época, mas de alguns anos para cá, com raras exceções, poucas foram produzidas sobre o assunto, nem ao menos para falar com os personagens envolvidos na Operação, de Daniel Dantas – e suas muitas notas à imprensa – aos policiais federais e o juiz, agora desembargador, envolvido no assunto. Inclusive, para relatar a quanto (não) andava os processos por conta dessa questão das provas.

Mesmo em 2008 acabou se centrando mais, no Congresso Nacional e na mídia, na questão sobre o uso de algemas na execução das prisões. O que se pode perceber nessa “polêmica” foi a oportunidade de não se discutir os fatos relativos à Operação Satiagraha, que poderia paralisar a República, por revelar à sociedade brasileira a existência de continuados crimes de corrupção, praticados por alguns banqueiros e por políticos de quase todos os partidos.

Se o caso aborda a maior disputa do capitalismo brasileiro posterior a eleição indireta de José Sarney no colégio eleitoral, em março de 1985, pois então deveria ser explicado de forma sistêmica e não pontual. Ou seja, a mídia comercial e corporativa brasileira, salvo raras exceções, complica, não explica e omite sistematicamente. Óbvio que neste nível de volume e de interesses em jogo, entra o núcleo do poder exercido no



Brasil. O Poder mesmo ou é destrinchado, analisado, decifrado, ou então o leitor mediano jamais compreenderá absolutamente nada.

E, se o leitor mediano não entender porque Dantas foi preso, jamais entenderá nada do que passa por trás das mesas e corredores de Rio-São Paulo-Brasília. Infelizmente, os craques do ofício da reportagem que falaram sobre Dantas, Najas, Pitta e cia. trabalham em veículos cujos interesses são estrategicamente opostos aos do chamado “Sistema Dantas de Comunicações e de Telecomunicações”.

Para se ter uma ideia da importância de se acompanhar o caso, o Ministério Público Federal apresentou acusação contra o grupo de Dantas de ter movimentado, entre 1992 e 2004, quase US\$ 2 bilhões por meio do *Opportunity Fund*, uma *offshore* no paraíso fiscal das Ilhas Cayman, no Caribe<sup>4</sup>.

Nos casos de entrada de fundos *off shore* no país, como as regras do Banco Central favorecem os investidores estrangeiros, quando um fundo de capitais brasileiros que saíram sem pagar o devido imposto (evasão de divisas e sonegação fiscal), entra de volta no país como fonte de investimento, mesmo sendo proibida para residentes no Brasil (gestão fraudulenta). Nenhum brasileiro residente (ou naturalizado residente) pode investir no país como "estrangeiro". Portanto, os *off shore* com titularidade de nacionais não podem compor consórcios nem participar do mercado de ações ou da ciranda financeira nacional. Como entram na figura de "fundos estrangeiros", nada lhes acontece.

Já dizia o informante do Caso Watergate: “Siga o dinheiro e terá as autorias”. Se quem exerce a função de seguir o dinheiro e não o segue, então ninguém segue e nada acontece. Quando se promove uma investigação de vulto e monta, como as operações Chacal (outubro de 2004) e Satiagraha (julho de 2008) – de desmonte, por parte da Polícia Federal, de uma força de espionagem industrial operando sobre governos eleitos e autoridades dos poderes constituídos – os benefícios da lei que asseguram o Direito (justo e legítimo) da ampla defesa, o constrangimento sobre os operadores da lei são mais fortes do que a pressão legal.

---

<sup>4</sup> Um fundo de investimento que trabalha no *off shore* é uma montanha volumosa de dinheiro, que tem correspondência na riqueza material produzida em sociedade, circula através de infovias digitais e fica depositado nos chamados "paraísos fiscais", que cobram pouca ou nenhuma taxa para os valores que entram e saem de um país ou colônia, como é o caso das Ilhas Cayman, Bahamas e o vizinho Uruguai.



Enquanto a Polícia Federal explicitava suas divergências e rachas internos, a mídia nacional esfriou o tema Daniel Dantas e o leitor mediano pouco ou nada compreendeu porque dele ter sido preso.

Em abril deste ano, a Revista *Época*, das Organizações Globo, resolveu mostrar algo e acabou expondo as relações existentes na própria mídia. O relatório do delegado da Divisão de Repressão a Crimes Financeiros da PF, Luiz Carlos Zampronha, foi divulgado pela revista.

Apesar de o relatório da PF trazer em sua capa “segredo de justiça”, na edição de nº 672, de 02 de abril de 2011, a revista anunciava em primeira mão “A anatomia do Valerioduto”, título da reportagem que supunha apresentar todas as provas da polícia sobre o esquema de corrupção no primeiro mandato do Governo Lula: “ÉPOCA obteve o relatório final da Polícia Federal sobre o caso do mensalão. Ele revela que o dinheiro usado por Marcos Valério veio dos cofres públicos e traz novas provas e acusações contra dezenas de políticos” (ESCOTEGUY *et al.*, 2011).

Mesmo com a matéria de capa, o assunto quase não recebeu atenção da mídia, salvo por exceções como a revista *Carta Capital* e a agência de notícias *Rede Brasil Atual* que destacaram, respectivamente, que o relatório nada dizia sobre o “mensalão” e a nota oficial divulgada pelo Banco Opportunity sobre as denúncias de que um dos seus sócios, o banqueiro Daniel Dantas, teria financiado a complexa rede de corrupção. Em vez de se aprofundar nas denúncias da *Época*, o noticiário nacional preferiu focar o trabalho de cobertura na tragédia de Realengo, no casamento da família real britânica e no assassinato do líder da Al Qaeda, Osama bin Laden sucessivamente.

Ainda assim, houve resposta da assessoria de comunicação do Opportunity. Após dizer que, por obrigação, os repasses para a publicização nos meios de comunicação têm que ser feitos pelas agências, o final da nota do banco provoca: “Na Telemig, segundo informações prestadas à CPI do Mensalão, a maioria dos recursos eram repassados as Organizações Globo. Por isso, a apuração desses fatos fica fácil de ser feita pela *Época*” (BANCO OPPORTUNITY, *op. cit.*).

Com as agências de publicidade, Marcos Valério lidava com a compra de espaços publicitários em diversos veículos de comunicação que, como observou o delegado Zampronha (2011, p. 15), estreitava o vínculo do empresário com tais veículos e poderia facilitar o direcionamento de coberturas jornalísticas.

Sobre este tipo de relação, Ianni (2000, p. 75) diz que



Em alguma medida, esses grupos, classes ou blocos de poder [dominantes] dispõem de influência mais ou menos decisiva nos meios de comunicação, informação e propaganda, isto é, na mídia eletrônica e impressa, sempre funcionando, também, como indústria cultural.

Tal troca de farpas só mostra o porquê de os grandes meios de comunicação geralmente se calam para determinados assuntos, com medo de não serem atingidos. Para saldar esta dívida, a sociedade deve exercer uma profunda e direta lavagem de roupa suja, escaldar seus gatos pretos e olhar nas entranhas do Poder real. Daniel Valente Dantas (um vitorioso da jogatina financeira e a pirataria das telecomunicações) é executor destas políticas, não é o único, mas como agente econômico-político, pode abalar o país inteiro, incluindo as empresas midiáticas brasileiras.

## CONCLUSÕES

Ao contrário de um *thriller* de Hollywood, o que está em jogo é real. Estamos falando de recursos do Tesouro Nacional, do Plano Geral de Outorgas em Telecomunicações, da impunidade estrutural e do próprio aparelho de segurança e inteligência da União. Só por este fato singular já temos a dimensão do peso dos agentes envolvidos. Ao atingir um operador financeiro do porte de Daniel Dantas e sua instituição, o Banco Opportunity, a equipe do delegado federal Protógenes Queiroz expôs a fragilidade de nossas instituições coercitivas e do sistema de Justiça.

Estamos diante de uma encruzilhada. Por um lado, a cidadania aprova a Satiagraha, aplaudindo com sentimento de justiça a ação dos agentes da lei. De outro, o senso comum indica que a Justiça é seletiva e inverte valores. Viu-se os investigadores serem investigados pelo órgão ao qual servem. Isto se dá antes mesmo da PF periciar todas as provas (como os HDs apreendidos desde a Operação Chacal) e chegar a uma conclusão que municie de materialidade a decisão do judiciário.

Diante do acompanhamento da investigação e caminhos da PF, da comunidade de informações, das contra manobras e defesas midiáticas de Dantas e aliados, quantos brasileiros tiveram as condições cognitivas de compreender o que se passava?

Pode-se dizer que poucos cidadãos do país conseguem compreender ao ponto de emitir uma opinião contundente a respeito do tráfico de divisas de origens duvidosas ou legais através de paraísos fiscais, leilões de privatização sob suspeita de fraude ou das



relações assimétricas entre os agentes econômicos e os operadores da política em escala nacional.

A espinha dorsal investigativa iniciada com a Operação Chacal e prosseguida na Operação Satiagraha era a chance de passar a elite do país a limpo e interromper um nexos político-criminal evidente.

Depois dessa Operação, com punição de policiais e juizes envolvidos, de silenciamento e acusação contra jornalistas e grupos de comunicação, qual policial federal se sentirá incentivado a investigar um capitão de indústria, grande investidor ou político influente? A quem interessa a desmotivação dos agentes, peritos e delegados da polícia judiciária da União?

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Kennedy. Elo entre Kroll e CIA será investigado em inquérito da PF. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: 29 de junho de 2006. Disponível em: <[http://www.sinpef.org.br/noticias/noticias\\_cs.asp?tipo\\_janela=2&nr\\_noticia\\_cs=2580](http://www.sinpef.org.br/noticias/noticias_cs.asp?tipo_janela=2&nr_noticia_cs=2580)>. Acesso em: 05 de julho de 2011.

BANCO OPPORTUNITY. Nota do Opportunity a respeito da reportagem "A anatomia do valerioduto". **Época**. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI223141-15223.00.html>>. Acesso em: 14 de abril de 2011.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Políticas de comunicação e economia política das telecomunicações no Brasil: convergência, regionalização e reforma**. 2. ed. São Cristóvão: UFS, 2003.

BRASÍLIA. Divisão de Repressão a Crimes Financeiros. Departamento da Polícia Federal. Inquérito 0002474-1/140. **Inquérito Policial nº 002/2007-DFIN-DCOR-DOF**. Relator do Luís Flávio Zampronha de Oliveira. Brasília, 18 de fevereiro 2011.

BRITTOS, Valério Cruz. Política da Comunicação no Brasil em perspectiva histórica. p. 193-208. In: BOLAÑO, César (Org.). **Comunicação e a Crítica da Economia Política: Perspectivas teóricas e epistemológicas**. São Cristóvão: Editora UFS, 2008. (Biblioteca Eptic, 7)

ESCOTEGUY, Diego *et.al.* A anatomia do valerioduto. **Época**. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI223072-15223.00.html>>. Acesso em: 16 de abril de 2011.



FERNANDES, Bob. FHC: Caso Dantas é batalha pelo controle do Estado. **Terra Magazine**. 2008a. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI3010326-EI6578,00.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2011. 2008a.

\_\_\_\_\_. Dantas: “Vou contar tudo! Detornar”. **Terra Magazine**. 2008b. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI3003387-EI6578,00.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2011. 2008b.

IANNI, Octavio. O príncipe eletrônico. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo-Edgar; SILVA, Hélio (Orgs.). **Desafios da comunicação**. Petrópolis: Vozes. 2000. p. 62-76.

OMISSÃO sobre petista pesou contra delegado. Folha de S. Paulo. São Paulo: 16 de julho de 2008. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1607200803.htm%26COD\\_PRODUTO%3d7&COD\\_PRODUTO=7](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1607200803.htm%26COD_PRODUTO%3d7&COD_PRODUTO=7)>. Acesso em: 05 de julho de 2011.

OPERAÇÃO Satiagraha abriu uma caixa de pandora. **Folha Online**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/podcasts/ult10065u422201.shtml>>. Acesso em: 05 de julho de 2011.

OPPORTUNITY esclarece dados sobre Satiagraha. **Consultor Jurídico**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-mai-24/opportunity-contesta-reportagem-eleicao-chefia-mpf-sp>>. Acesso em: 05 de julho de 2011.

SINOPSE – Resumo dos Jornais. 30 jul. 2008a. **Empresa Brasil de Comunicação**. Disponível em: <[http://www.ebc.com.br/anteriores/1998/sinopses\\_3007.htm](http://www.ebc.com.br/anteriores/1998/sinopses_3007.htm)>. Acesso em: 05 de julho de 2011.

SINOPSE – Resumo dos Jornais. 31 jul. 2008b. **Empresa Brasil de Comunicação**. Disponível em: <[http://www.ebc.com.br/anteriores/1998/sinopses\\_3107.htm](http://www.ebc.com.br/anteriores/1998/sinopses_3107.htm)>. Acesso em: 05 de julho de 2011.

STF decide pela liberação de Daniel Dantas e mais 10 pessoas. **Folha Online**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u420904.shtml>>. Acesso em: 05 de julho de 2011.

VALENTE, Rubens. Dantas pagou R\$ 18 milhões em propinas a políticos, juizes e jornalistas, diz PF. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: 19 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u469244.shtml>>. Acesso em: 05 de julho de 2011.